

Revolução portuguesa e a crítica de habitação e urbanismo segundo Nuno Portas

leto Nuno Portas, ex-secretário do Português para Assuntos de Habitação e Urbanismo, esteve em São Paulo no dia 30 de junho último a convite do O tema de sua palestra, que se realizou por todo o sábado, centrou-se na "Revolução das Populações na Arquitetura e Urbanismo e a Recente Experiência Portuguesa". Na segunda-feira à noite, numa mesa redonda bastante concorrida, Nuno Portas respondeu a dúvidas, principalmente políticas, que envolveram a execução do programa de habitação implantado pela sua gestão. No dia 4, esteve no local onde resumiu a exposição feita em Portugal, debatendo em seguida com o

Nuno Portas, formado pela Faculdade de Engenharia de Lisboa, quando convidado pelo Ministério da Habitação e Urbanismo de Portugal, já possuía uma amplitude e um projeto elaborado sobre a habitação popular. Durante os 11 meses em que esteve no Brasil, Nuno Portas elaborou a pasta, numa fase de aguda discussão da estrutura social portuguesa e a oportunidade de conviver com os diversos interesses de setores da sociedade e partidários que então eclodiram. De sua exposição, foi possível ter-se uma visão concreta de um processo viável e interessante do que seja, na prática, um urbanismo modificando após longo período de tempo o comportamento das massas, as ideias dos partidos, a esquerda se colocou com os arquitetos e seu universo reacionário e aparelho de Estado, a política.

Nuno Portas forneceu um rápido panorama de seu país modificado, sempre de forma crítica, deixando transparecer em alguns momentos sua posição de homem público e de quem deixou o governo, ele tem uma visão exclusivamente ao trabalho de urbanismo no Laboratório de Engenharia Civil de Lisboa, entidade independente do Estado e à discussão política dentro do Partido Socialista Português, ao qual se filiou recentemente. É professor catedrático e autor de vários projetos, artigos e livros: **A cidade como Arquitetura e Urbanismo para Hoje.**

Nuno Portas veio ao Brasil — esta foi a terceira vez — após um curso que realizava em Buenos Aires.

Urbanismo da Revolução

Em abril de 74 foi, não só uma mudança de governo — destaca Nuno Portas —, mas, também, uma mudança na estrutura social do país. Não estávamos acostumados para isso. Para os arquitetos, a cidade passou a ser administrada. Ele explicou em seguida que "nós, arquitetos, não dá importância de uma política urbanística etc. Mas não sabemos fazer isso ou qual é ela". Isto repercutiu imediatamente após a Revolução. "O maior problema não foi formular essa política mas aplicá-la em prática. Eu tinha que dizer não a toda a política do uso do so-



lo. Os setores sociais exigiam respostas, mas era preciso também atender aos setores privados da economia nacional". Nuno conta que, nos últimos anos do fascismo, alguns escritórios de arquitetura se associaram às imobiliárias ou adquiriram terras aumentando a mais valia do solo. "Uma das causas da queda do governo português, em 74, está na concentração de capital no setor imobiliário, capital apropriado de outros setores e que não teve um cunho desenvolvimentista mas, sim, de estagnação da economia pois não se revertia em mais capital."

Em seguida, Nuno levanta uma questão: "Em que medida as instituições, por sua própria estrutura, interferem no projeto arquitetônico?" Um dado do problema pode ser esclarecido. "Acreditamos, nós arquitetos, que o papel das instituições é um prato limpo onde possamos servir a nossa comida. Por isso, nossa repugnância em intervir num bairro sujo, feio, de várias épocas de arquitetura."

É feita, nesse ponto, uma ressalva importante: "Pretendia hoje falar das políticas gerais culminando na política de Portugal. É necessário lembrar, no entanto, que as políticas de cada país não se transportam a outros países. Toda transposição é perigosa. Vou, portanto, falar do que foi, no meu país, naquela época". Ele volta aos arquitetos para explicar o comportamento da categoria em Portugal.

"Os arquitetos portugueses desprezaram durante anos a possibilidade de explicar à população sua visão dos problemas que ela vivia. Tinham horror aos engenheiros, cir-

culavam apenas em seu próprio meio, tinham medo dos cientistas sociais e pavor dos políticos. Enquanto isso, antes do 25 de abril, não havia no país movimentos sociais significativos. Já na Espanha, sob o franquismo, havia esse tipo de movimento impulsionado pelo colégio de arquitetos espanhol junto à população. Na Espanha sempre houve uma relação mais forte entre arquitetos e população. No meu país, em 74, o Sindicato Nacional dos Arquitetos fechou as portas por três anos e só agora se criou a Associação de Arquitetos; surgiram com a Revolução conflitos de arquitetos assalariados e arquitetos patrões; a Faculdade de Arquitetura de Lisboa fechou por dois anos pela radicalização dos alunos que queriam a demissão dos professores contratados na época do regime fascista mas, depois, reabre com o mesmo quadro docente (a do Porto foi mais combativa); a única revista de arquitetura que tínhamos só voltou a ser publicada depois de 74, há cerca de 6 meses. Não houve, portanto, nenhum tipo de discussão entre os arquitetos." Com a revolução, os arquitetos passaram a trabalhar a partir dos partidos políticos ou em mais projetos. "Mas nada disso justifica a falta de debate que, antes de 74, havia como força progressista. Isto dá o que pensar, mas prefiro abordar nossa política habitacional."

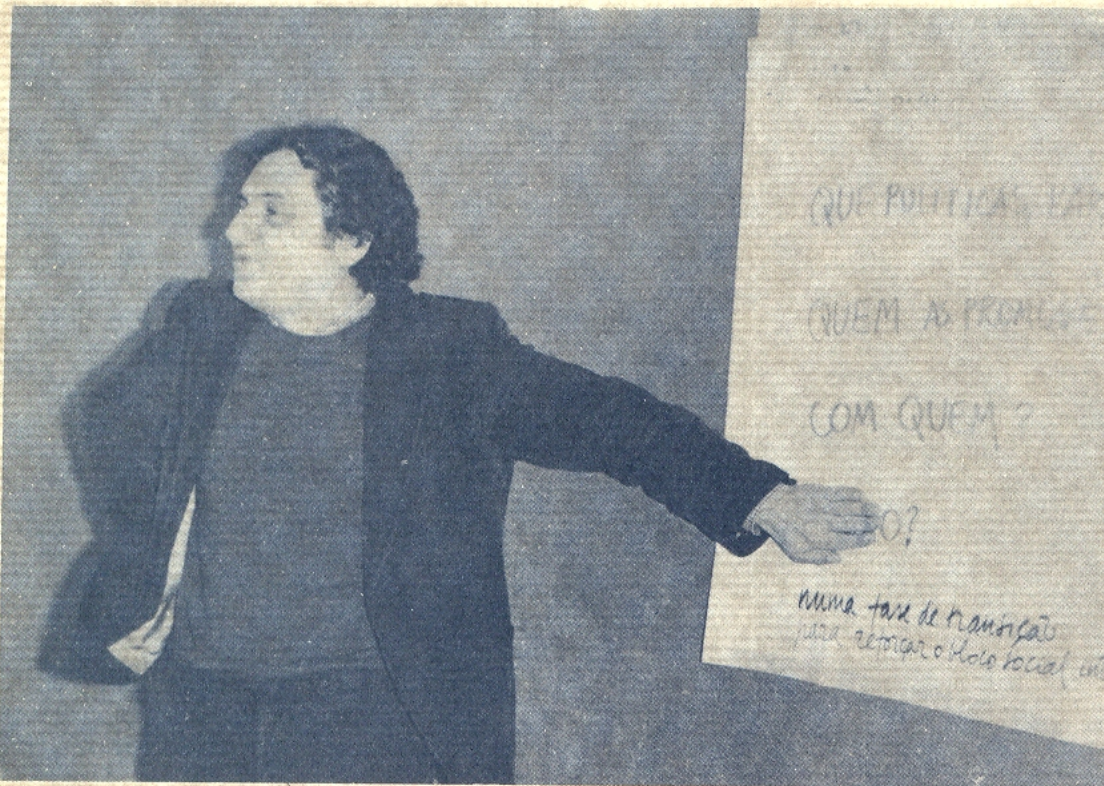
Para definir critérios

O Ministério da Habitação e Urbanismo, após 74, reuniu 20 departamentos, entre eles, transportes, problemas urbanos, estradas e ecologia. "Tínhamos uma estrutura arbórea" — explica Nuno Portas. "Partíamos, assim, do geral para o particular. A política do Ministério era aumentar o "bloco social", coeso e de apoio à estrutura que se implantava e que se pretendia de esquerda."

Para se definir a política habitacional, Nuno Portas propõe que se considere dados fundamentais. E começa por: "que políticas desenvolver? para quem? quem as promove? com quem? como?"

O "bloco social", segundo ele, deve ser o mais amplo possível, não só a classe trabalhadora industrial ou os mais pobres. É a base ampla, da coalizão de todos os setores que tenham objetivos progressistas. "A classe média" — afirma — "veio a ser o fiel da balança da Revolução. Um setor de pequenos empresários, com medo da revolução ou de aderir à ela, um setor, inclusive, mais urbano. E a esquerda não queria pensar nessa classe média, em seus problemas." O "bloco social" será o "com quem" dessa política que, para se definir, deve responder quais camadas sociais, ou o conjunto delas, serão favorecidas.

É parte do processo analisar as carências, a partir da situação urbana e dos edifícios, por grupos sociais; examinar os recursos, enquanto equipamentos urbanos fixados, como elemento fundamental na análise dos



problemas de urbanização. Isto é, de nada adiantam as estatísticas gerais e os grandes totais. É preciso interpretar as carências segundo análises da realidade concreta. Um item que mereceu maiores comentários de Nuno Portas foi quanto à necessidade de se examinar os recursos potenciais da procura para adequação de soluções. Ele lembra que "a palavra de ordem da esquerda radical e ativa era "casas já e grátis", o que se tornou a grande contradição." Os problemas maiores em Portugal são a sublocação e os equipamentos urbanos, mais do que o déficit de habitação propriamente que, indicam, ser de 600 mil casas, enquanto o país constrói 40 mil por ano. "Não vou discutir se são ou não 600 mil. Os equipamentos urbanos são prioritários exigindo do Estado maiores investimentos. No entanto, as exigências da população e da esquerda radical não permitiram maior atenção à infra-estrutura das cidades."

Há, ainda, a discussão dos modelos e aspirações da procura social, ao que Nuno observa serem os debates políticos genéricos intimamente relacionados com o que é muito concreto. As necessidades reais devem ser pensadas em função dos recursos disponíveis que vão determinar as prioridades através do critério político. A poupança da população foi considerada para atender às necessidades de moradia. "E sobre esse critério político" — diz ele — "as esquerdas no poder se conflitaram apesar de terem os mesmos objetivos."

Programas

O programa desenvolvimento pelo Ministério da Habitação obedeceu, em se tratando de crédito, a um sistema centrado

no Estado ou no Município, concedido à população através de projetos específicos. Procurou-se, paralelamente, controlar a oferta de solo e de habitação produzidos pelo setor privado, dando prioridade à reabilitação e melhoria da rede de desenvolvimento do setor cooperativo e público. Há que se destacar o controle da demolição de prédios feito através da promoção de condições de créditos para reformar e, portanto, valorizar a propriedade em decadência.

Ainda no sentido de reorientar a iniciativa privada, o Estado passou a atuar como comprador de imóveis produzidos pelas construtoras a preços que baixaram a zero (ou pouco mais) o valor dos terrenos. Esses terrenos puderam então passar do Estado às cooperativas de moradores através de "leasings" — por 70 anos — para a construção de habitações. As cooperativas fazem parte do programa SAAL — Serviço Ambulatório de Apoio Local —, que organizou as populações — no caso específico do SAAL — por localidades, enquanto que as Cooperativas de moradores aglutinava a procura por tipos de interesses ou atividades, e não por regiões. Com os terrenos facilitados, as organizações de moradores iniciavam a construção contando com o apoio das "brigadas" técnicas formadas principalmente por arquitetos. Os materiais provinham de outras cooperativas como a de vidraceiros, marceneiros etc.

A criação do programa SAAL se deu em agosto de 74 e, logo após, em novembro, regulamentavam-se as cooperativas. Simultaneamente, o Ministério da Habitação implantou o que chamou de "contratos de desenvolvimento para a habitação".

As moradias construídas pelo SAAL operativas são propriedades das cooperativas, mas os cooperados — locatários — podem vender sua cota a outro associado à cooperativa. O emprego de obra assalariada ou a autoconstrução fazem parte da proposta do Ministério da Habitação para levar a população a discutir e decidir o que lhe interessa de fato. Assim, diz Nuno, "a população discute se aceita a prática da autoconstrução e, se aceita, será obrigada a pedir um maior apoio ao Estado para futura amortização e, neste caso, o interessado terá de cumprir mais um emprego a título de pagar seu orçamento e poder pagar o empréstimo. Se opta pela autoconstrução, que trabalhar na edificação além do próprio emprego. E se não aceita, o Estado pode dar outras soluções".

Já os contratos de desenvolvimento para a habitação estabelecem um preço fixo para a moradia a preço pelo promotor da população. Neste caso, a propriedade privada está proibida de ser alugada para terceiros. A preocupação do Estado com este veto é a de não alimentar a especulação imobiliária.

Dentro ainda do sistema de desenvolvimento está a compra de terrenos para as construções, para depois serem alugadas pela população. Ao longo dos anos os moradores tornam-se pro-

Transportes

Além da política habitacional, Nuno Portas procurou descentralizar a administração das técnicas das construções, tornando operacional o desenvolvimento urbanístico.

No setor de transportes públicos, Nuno Portas optou pela melhoria de suas condições e suspendeu a implantação de novas infra-estruturas investindo em estruturas sanitárias e estradas rurais. Na política de transportes, a preocupação era: "se não posso dar condições de trabalho, não posso melhorar os salários, não posso melhorar as condições da população chegado ao trabalho" — disse Portas.

As verbas antes dirigidas à construção de auto-estradas mais sofisticadas foram canalizadas para a construção de estradas normais, criando-se também estacionamentos nas entradas das cidades, para incentivar a utilização do transporte público. "Dobrou-se a frota de ônibus e passaram a circular em faixas exclusivas. As tarifas tornaram-se mensais e foram criadas quatro zonas das cidades, com tarifas múltiplas — trem, ônibus, metrô — política dirigida às classes médias foi executada em 40%."